

ALUNAS NEGRAS NO ENSINO SUPERIOR E O SISTEMA DE COTAS: O QUE AS FEMINISTAS NEGRAS PODEM NOS CONTAR

Kelly da Silva - Doutoranda em Educação pela UFJF- Professora da UEMG

Daniela Auad - Doutora em Sociologia da Educação pela UNICAMP -

Professora do Programa de Graduação e Pós-Graduação em Educação UFJF

RESUMO

Mais da metade da população brasileira se autodeclarou negra, preta ou parda no censo desenvolvido pelo IBGE em 2010. Mas somente 26% do corpo discente das Universidades brasileiras é composto por negras e negros. Deste percentual, quantas são mulheres? Temos, em nossa sociedade, marcadores e produtores de desigualdade que relacionam, de modo interseccional, racismo e sexismo. Destacadas autoras feministas, negras e lésbicas contribuem para pensarmos como as Políticas Públicas em Educação têm participado da emancipação de Mulheres Negras. O presente trabalho expressa a contribuição de autoras como Angela Davis (1982), Bell Hooks (1995), Alice Walker (2015) e Audre Lorde (2015) para a pesquisa em andamento, cujo objetivo é conhecer o impacto e funcionamento do Sistema de Cotas nas Universidades Federais do Estado de Minas Gerais, especialmente para as alunas negras. A pesquisa convida a nos reconhecermos como mulheres negras, alunas cotistas e/ou acadêmicas lésbicas. Destacamos também a importância da Lei 10.639/03 e dos Parâmetros Curriculares Nacionais para combate ao preconceito. Como postula Lorde, há de se considerar raça, sexualidade, classe e idade, de modo a contribuir para o potente debate feminista sobre o que se entende como pessoal e político.

Palavras Chaves: Feminismos; Mulheres Negras; Ensino Superior.

1. Introdução

*“Seremos mulheres juntas não era suficiente.
Nós éramos diferentes.
Seremos garotas lésbicas juntas não era suficiente.
Nós éramos diferentes.
Seremos negras juntas não era suficiente.
Nós éramos diferentes.
Seremos mulheres negras juntas não era suficiente.”*

Realização:



Apoio:



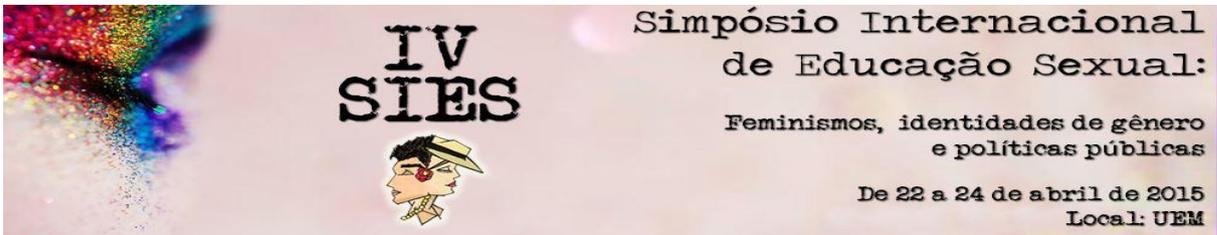
DTP Departamento de Teoria e Prática da Educação



Patrocínio:



PlayBook



*Nós éramos diferentes.
Seremos lésbicas negras juntas não era suficiente.
Nós éramos diferentes.
Demorou algum tempo até percebermos que nosso lugar.
Era a casa da diferença ela mesma.
Ao invés da segurança de qualquer diferença em particular”.*
Audre Lorde

Pensar a contribuição de autoras feministas, negras, lésbicas como Angela Davis, Bell Hooks, Alice Walker e Audre Lorde para discutir a contribuição das políticas públicas em educação para emancipação de mulheres que entraram por cotas nas Universidades, nos remetem ao entrelaçamento entre passado e futuro das mulheres negras. Faz-nos perceber que a discriminação vem se revestindo ao longo dos anos e, que o espaço do negro na sociedade Brasileira ainda se encontra como o lugar não valorizado, o da doméstica, da varredora de rua, da dona da limpeza e, quando algumas poucas escapam dessa trajetória precisam enfrentar todos os tipos de discriminação e preconceito, assim, algumas resistem nas universidades. Mas quem são as autoras que trazemos para contribuir com o nosso debate? Qual a importância delas para as conquistas atuais? E qual a força que seus trabalhos inspiram para continuarmos lutando cotidianamente? Vamos conhecer um pouco sobre cada uma delas, para que quem se interesse tenha ferramentas para buscar mais sobre essas expressivas, combativas e necessárias mulheres.

2. Feministas Negras quem são elas, quais são suas trajetórias?

De acordo com Hooks (1995) a segregação sexista impede muitos de conhecerem as obras de mulheres negras feministas, E aqui questiono, por que acadêmicos desconhecem suas obras, por que eu não as conhecia? Esse desconhecimento leva a não utilização e empoderamento das mulheres por meio de seus trabalhos. “Essa invisibilidade em função do racismo, do sexismo e da exploração de classe institucionalizados é um reflexo da realidade de que grande

Realização:



Apoio:

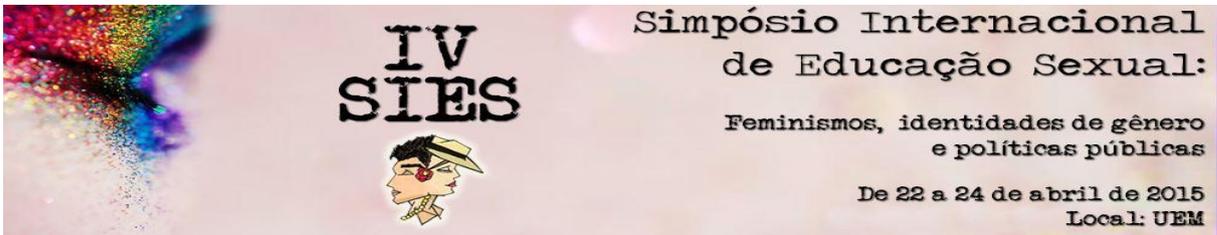


DTP Departamento de Teoria e Prática da Educação



Patrocínio:





número de negras não escolhem o trabalho intelectual como sua vocação” (HOOKS, 1995, p.2). Pensar sobre essa fala de Hooks, nos leva a atentarmos para os vários discursos que a própria comunidade negra e popular apresenta sobre o saber intelectual, valoriza-se muito mais o trabalho braçal que dá retorno financeiro mais rápido, do que a dedicação aos estudos, pois, a necessidade de sobrevivência é mais urgente para o grupo, esse pensamento ainda contribui para a desvalorização do saber e desfavorece sua busca pelas mulheres pobres e negras. As autoras que apresentamos aqui passaram por inúmeras adversidades e possuem uma trajetória de luta e enfrentamento intensos para se fazerem ouvidas.

Alice Malsenior Walker é a oitava filha de um casal de agricultores meeiros, a autora nasceu em 9 de fevereiro de 1944, em Eatonton, Georgia, onde as marcas da escravidão e da opressão ainda se fazem presentes. Em 1961, Alice Walker deixou sua cidade para ir para Spelman College, uma relevante escola para mulheres negras em Atlanta, onde ficou por dois anos, conheceu Martin Luther King Jr e se tornou ativista dos direitos civis. Ela terminou seu primeiro romance em 1969, mesmo ano do nascimento de sua filha Rebecca Grant. Seus primeiros trabalhos já tratavam de temas comuns em sua obra como violência, estupro, relações multigeracionais, sexismo e racismo. Após o fim de seu casamento ela se mudou para o norte da Califórnia onde vive até hoje (WALKER, 2015).

Em sua obra, Alice Walker retrata a vida da mulher afro-americana. Ela descreve intensamente o sexismo, o racismo e a pobreza que fazem da vida uma luta. Entretanto, ela também destaca a força da família, da comunidade e da espiritualidade como partes da vida. Foi criticada no romance a cor purpura por trazer à tona a violência do homem negro em relação às suas esposas, irmãs e demais mulheres que conviviam, o que expõe uma representação negativa do homem negro. Alice Walker continua não só escrevendo, mas também desenvolvendo seu trabalho como feminista/mulherista, ativista ambiental, pela Palestina e por causas econômicas e de justiça social (WALKER, 2015).

Angela Yvonne Davis é natural do estado do Alabama, considerado um dos mais racistas do sul dos Estados Unidos e, de acordo com a sua autobiografia,

Realização:



Apoio:



DTP Departamento de Teoria e Prática da Educação



Patrocínio:



PlayBook



desde criança sofreu na pele humilhações racistas. Leitora desde criança, aos 14 ganhou uma bolsa para estudar em Greenwich Village, em Nova Iorque, fato que transformaria a sua vida, pois, é neste momento que ela entra em contato com as teses comunistas e inicia a sua militância no movimento estudantil. Ela adotou o penteado dos rebelados no Quênia e fez do penteado afro um símbolo do orgulho negro. Angela Davis é professora de filosofia na Universidade de Santa Cruz, que fica entre São Francisco e Monterey, na Califórnia (DAVIS, 2015).

Ainda nos anos 1960, Davis tornou-se militante ativa do Partido Comunista e do Panteras Negras, que à época lutava para conquistar o apoio da sociedade para libertar três militantes negros que estavam presos: conhecidos como os “irmãos soledad”, já que estavam detidos na Prisão de Soledad, em Monterey. Para Angela Davis o feminismo é uma emancipação que vai além das fronteiras estabelecidas. As questões de sexualidade, de raça, de classe e de gênero estão intimamente ligadas. E ela oferece esta bela fórmula: "Meu objetivo sempre foi encontrar pontos entre as ideias e derrubar os muros. E os muros derrubados se transformam em pontes". Inimigo, Louis Farrakhan, chefe da Nação do Islã que organizou a Marcha do 1 Milhão em 1995, acusou Angela de ser lésbica. Por isso não. Em 1997, na revista Out, ela declara: "Sim, sou lésbica" (DAVIS, 2015, p. 16).

Audrey Geraldine Lorde, a poetisa, nascida em Nova York e filha de imigrantes do Barbado e Carriacou, definida por si mesmo como ‘negra, lésbica, mãe, guerreira, poeta’, reconhece a força das denominações. Como afirmado em um poema, “se eu não mesma me definir, eu seria esmagada nas fantasias de outras pessoas e comida viva”. Antes de falecer aos 58 anos, participou de uma cerimônia de nomeação africana, onde foi nomeada Gambda Adisa, que significa ‘Guerreira: ela que faz seu significado conhecido’. Teoricamente, a importância de Lorde se dá por ser uma das primeiras a tratar sobre a relação feminista com racismo, homofobia e classismo (ou a falta do mesmo). Na década de 60, criticou fortemente feministas brancas, ao afirmar que as mesmas focavam em experiências e valores particulares das mulheres brancas da classe média. Afirmava que a oposição binária entre

Realização:



Apoio:



DTP Departamento de Teoria e Prática da Educação



Patrocínio:



PlayBook



homens e mulheres era simplista, já que ignorava outros tipos de privilégios e as próprias divisões que há entre as mulheres (LORDE, 2015).

O debate continuou por anos, tendo respostas de diversas feministas, como Mary Daly, o que reafirmou sua persona de outsider. Afirmaram que isso a destacava nas conferências, entre as feministas brancas acadêmicas como a 'voz feminista negra lésbica isolada, acusadora e raivosa'. Usualmente a resposta das feministas brancas era de que ela desejava ter posição privilegiada por ser negra e lésbica, como também que ela tinha uma falsa autoridade moral baseada em seu sofrimento. Argumentavam que o sofrimento era uma condição universal das mulheres e acusar as feministas de racismo causava divisão em vez de cura. A resposta de Lorde? 'O que você ouve na minha voz é fúria, não sofrimento. Raiva, não autoridade moral' (LORDE, 2015, p. 8).

Bell hooks é professora de inglês, estudos afro-americanos e estudos da mulher no City College de Nova York, escritora e feminista negra. Nascida na zona rural do sul dos Estados Unidos, na época da segregação racial, ela conta que, nesse período, as meninas negras das classes trabalhadoras tinham três opções de carreira: casar, trabalhar como empregada ou tornar-se professora em uma escola. Para as negras, ensinar era um ato essencialmente político, pois tinha raízes na luta antirracista (HOOKS, 2004).

Aluna de escolas negras segregadas, suas mestras eram quase todas mulheres. Elas lhe ensinaram, sempre, que estudar era um ato contra a hegemonia, uma maneira de combater o racismo. Para desenvolver um trabalho dessa competência, buscavam conhecer tudo o que dissesse respeito à vida de suas, a realidade econômica, social e ainda, sobre a forma que eram cuidadas. Porém, com a integração racial, tudo mudou: "o conhecimento passou a se resumir à pura informação, não tendo nenhuma relação com o modo como se vivia. Ele não tinha ligações também com a luta antirracista" (OLIVEIRA, 2014, p.1). Ali, o anseio em aprender era analisado como uma ameaça ao domínio branco. Ao frequentar aulas de educadoras brancas, hooks percebia que elas reforçavam o racismo, fazendo-a perder o desejo pela escola.

Realização:



Apoio:



DTP Departamento de Teoria e Prática da Educação



Patrocínio:



PlayBook



Com essa importante exposição sobre a vida dessas autoras, podemos perceber que delas teremos grandes contribuições para debatermos as políticas públicas alcançadas hoje pelo movimento negro e pelas feministas, especialmente as negras, para pensarmos a trajetória de mulheres que entraram na Universidade por cotas para se fazerem professoras.

3. Consolidação da Política de Cotas nas Universidades Públicas e a contribuição de Alice Walker, Angela Davis, Audre Lorde e Bell Hooks

A discussão nacional sobre cotas nas universidades públicas teve sua consolidação em 2012. Em Agosto desse ano, a presidente Dilma Rousseff sancionou a Lei de Cotas Sociais, 12.711, a qual determina que até agosto de 2016 todas as instituições de ensino federais deverão reservar no mínimo 50% das vagas para estudantes que cursaram o ensino médio em escolas públicas, que metade dessas vagas deve ser reservada para estudantes cujas famílias têm renda de até um salário mínimo e meio e, que as instituições deverão reservar nesses 50% das vagas um número de vagas para autodeclarados negros, pardos e índios no mínimo igual à proporção de negros, pardos e índios identificada pelo IBGE na unidade da federação em que estão situadas. Sintetizando, 50% das vagas serão divididas entre estudantes de escolas públicas, pobres, negros, pardos ou índios e 50% será destinado à ampla concorrência (BRASIL, 2012).

Desde então, veem sendo elaboradas diversas análises acadêmicas e até mesmo judiciais, contrárias a essa alternativa, aqui avaliada como possível, necessária e equitativa, quando comparada aos anos de exclusão das mulheres e homens negros no nosso país. A inclusão no ensino superior público brasileiro de estudantes negras e negros ou pobres é importante não somente para diminuir a enorme desigualdade quando se compara a inserção desses alunos com a dos brancos ou ricos, mas também demonstra como essa inclusão possibilita o convívio entre estudantes de classes sociais diferentes; contribui para a análise e a

Realização:



Apoio:



DTP Departamento de Teoria e Prática da Educação



Patrocínio:



PlayBook



recriminação de preconceitos raciais e de classe. E não há dúvida de que ela também possibilitará diminuir as desigualdades assombrosas que existem entre todos os demais grupos sociais e as mulheres negras, que são as mais discriminadas na sociedade brasileira, por serem mulheres e negras (ROZAS, 2009).

Essa exclusão vem desde os locais onde se concentram como moradia (a maioria se encontra nas periferias das cidades) e os postos de trabalho que ocupam (a grande maioria atua como empregada doméstica ou similar, porteiras, babas, garis). De acordo com Davis (1982) o grande número de mulheres negras que atuam no serviço doméstico, não são um simples resquício da escravatura, que pode desaparecer com o passar do tempo. Por aproximadamente um século elas foram impossibilitadas de escapar ao trabalho doméstico em número expressivo. “Mais de 2/3 de mulheres negras eram forçadas a empregarem-se como cozinheiras, amas, lavadeiras, criadas de quarto e porteiras, e eram apanhadas em condições... tão más como, senão até piores, na escravatura” (DAVIS, 1982. P.71).

O trabalho doméstico possui, ainda nos dias atuais, as mulheres negras como as principais empregadas no setor, mas, o que isso tem a ver com as estudantes negras que entraram na universidade por cotas? Em uma primeira análise poderíamos dizer que nada, porém, ao analisarmos estudos e debates sobre o processo de cotas em Universidades públicas e a trajetória das estudantes universitárias negras, perceberemos que estas trajetórias são variáveis e atemporais, muitas só retornam ao ensino superior depois de muitos anos paradas e, na maioria dos casos, esse processo se dá devido “a entrada precoce no mundo do trabalho, em grande medida, no trabalho doméstico” (ÁVILA; PORTES, 2012, p.814).

Para Hoolks (1995), o desestímulo na própria família ou comunidade sempre foi um grande empecilho para as negras dedicarem-se aos estudos, os trabalhos domésticos deveriam sempre vir em primeiro lugar, para não serem consideradas egoístas e sem sentimento com o grupo a que pertenciam como a autora nos descreve falando de sua própria história:

Realização:



Apoio:

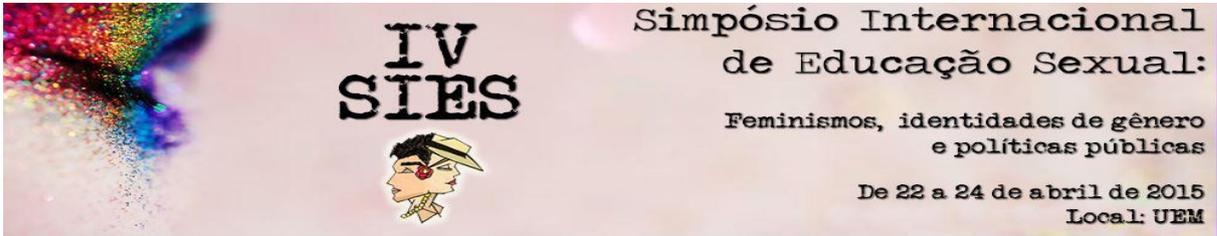


DTP Departamento de Teoria e Prática da Educação



Patrocínio:





Na infância se eu não pusesse os trabalhos domésticos acima dos prazeres de ler e pensar, os adultos ameaçavam me punir queimando meus livros e proibindo-me de ler. Embora isso jamais tenha ocorrido incutiu em minha consciência o senso de que era de algum modo, não apenas errado preferir ficar sozinha lendo pensando e escrevendo, mas, também meio perigoso para meu bem estar e, um gesto de insensibilidade para com o bem estar dos outros. Na idade adulta passei anos julgando (e por isso fazendo com que fosse) importante para mim terminar qualquer outra tarefa por mais inconsequente que pudesse ser para só depois me dedicar ao trabalho intelectual. Claro muitas vezes eu chegava no espaço destinado a esse trabalho cansada exausta e sem energia. A socialização sexista inicial que ensina as negras e, na verdade, a maioria das mulheres que o trabalho mental tem de ser sempre secundário aos afazeres domésticos, ao cuidado dos filhos, ou a um monte de outras atividades servis, tornou difícil para elas fazer do trabalho intelectual uma prioridade essencial mesmo quando suas circunstâncias sociais ofereciam de fato recompensas por essa atividade. (HOOLKS, 1995, p.4)

Para os negros, por situarem-se entre os segmentos mais pobres em nossa sociedade, o acesso ao ensino superior é fortemente delimitado por questões materiais que incluem não somente a gratuidade como também a necessidade de proximidade da escola em relação a casa, a possibilidade de obtenção de auxílios, a existência de certos serviços assistenciais como alimentação gratuita e um planejamento meticuloso da provável necessidade de articular estudo e trabalho. Para as mulheres, esta última necessidade é ainda complexificada porque tradicionalmente também cabe a elas o exercício de atividades no lar, o que faz com que tenham de articular o estudo com o trabalho profissional e com o trabalho doméstico (GÓIS, 2008, p.749).

Dificuldade financeira, filhos para criar e o desejo de continuar os estudos, estas são algumas das inúmeras dificuldades enfrentadas pelas mulheres negras ao terem acesso ao ensino superior, não bastasse isso, muitos grupos conservadores e saudosos do período escravocrata se apresentam contra as cotas em nosso país. Ao se manifestarem contrários às cotas para negros, autores como Fry e Yvone (2004) fazem, em geral, apenas previsões sem fundamento histórico para a

Realização:



Apoio:



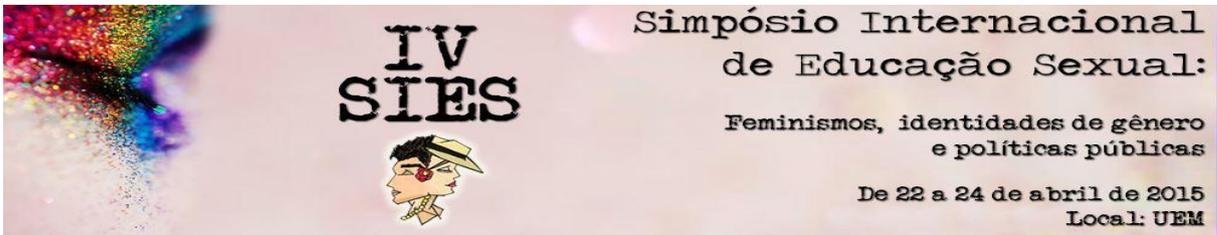
DTP Departamento de Teoria e Prática da Educação



Patrocínio:



PlayBook



sociedade; previsões que muito se aproximam de futurologia e muito se afastam da construção de conhecimento fundamentado em pesquisas e no rigor acadêmico.

Essa fórmula permite a divulgação de afirmações esvaziadas de concretude do tipo: “as cotas para negros nos vestibulares das universidades públicas vão racializar a sociedade brasileira”, ou ainda “vai haver uma divisão racial do Brasil”, ou “divisões perigosas”, entre outras insustentáveis previsões catastróficas, que não analisam a história do movimento negro, de mulheres e suas pautas de reivindicação, jogam por terra toda uma trajetória de luta e buscam manter o *status quo* na sociedade, como ressalta Angela Davis “o poder místico do racismo frequentemente emana de sua irracionalidade, da lógica de pernas para o ar” (DAVIS, 1982, p. 71).

Contrários às cotas alguns estudantes e profissionais da educação, questionam intelectualmente os negros, sobre sua capacidade de frequentar um curso superior, já que as cotas lhe permitem acessá-lo com uma “nota menor”, esse questionamento também apresenta resquícios de um país que esconde a prática do racismo, mesmo quando o apresenta institucionalmente. Práticas não diferentes das citadas por Davis (1982) ao relatar a busca da educação pelo povo negro ao se emanciparem:

De acordo com a ideologia dominante o povo negro era alegadamente incapaz de avanços intelectuais. Afinal de contas, tinham sido um bem móvel naturalmente inferior comparado com os epítomes (todas as coisas dos) brancos da espécie humana. Mas se eles fossem realmente biologicamente inferiores, eles não teriam manifestado nem o desejo, nem a capacidade de adquirir conhecimento. Aliás, nenhuma proibição de adquirir conhecimento teria sido necessária. Na realidade, e obviamente, que o povo negro sempre demonstrou uma impaciência furiosa no respeito pela aquisição de educação. (DAVIS, 1982, p.77)

O acesso ao Ensino Superior, não soluciona o problema do depreciamento histórico sofrido pelo povo afrodescendente no Brasil, uma história de dor e desamparo, de preconceito e violência. O que o acesso à Universidade permite é

Realização:



Apoio:



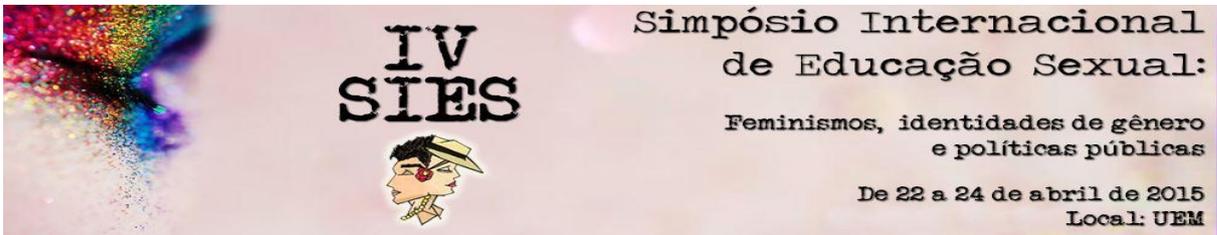
DTP Departamento de Teoria e Prática da Educação



Patrocínio:



PlayBook



uma diminuição do domínio branco sobre este espaço, a visibilidade dos negros na instituição e como já temos pesquisas que apontam para isso, a possibilidade de mostrar que se tiverem oportunidades, os negros vão agarrá-las e assumir com responsabilidade seu compromisso com sua formação e com a sociedade, como ressalta Walker “Não pode ser seu amigo quem exige seu silêncio ou atrapalha seu crescimento” (WALKER, 2015, p.14).

Neste sentido, Segato (2006) destaca que a não discussão do tema nos mais variados ambientes e instituições colaboram para que o racismo não saia do cenário nacional, “a falta de esclarecimento, que faz com que às vezes discriminemos, excluamos e até maltratemos por motivos raciais, sem ter qualquer grau de percepção de que estamos incorrendo num ato de racismo” (SEGATO, 2006, p.79). Não reconhecer as mais variadas formas de racismo nos orienta a não reconhecermos a real necessidade de instituir estratégias de correção para contestar à disposição natural de favorecer o branco em todas as esferas da vida social brasileira.

O racismo é tão enraizado em nossa sociedade que não há necessidade nenhuma de se discutir o que significa ser branca ou branco em nosso país, pois, a branquidade nos é dada. Nesta perspectiva, o Sistema de Cotas objetiva aumentar as oportunidades para que pessoas excluídas historicamente do sistema de Ensino Superior possam no mínimo competir por vagas em condições mais equilibradas, de acordo com as políticas indenizatórias que o Brasil pratica. Mais importante do que o acesso ao Ensino Superior pelas mulheres e homens afrodescendentes é, a possibilidade de por meio desse ingresso, pensar um projeto cultural para o povo negro discutindo uma Educação que contemple, valorize e que divulgue os elementos da cultura negra no Brasil e, que seja expressivo para a formação da consciência das novas gerações.

De acordo com (HOOKS,1995, p. 9) “as intelectuais negras enfrentam um mundo que os de fora poderiam imaginar que acolheria nossa presença mas que na maioria das vezes encara nossa intelectualidade como suspeita”. A autora denuncia aqui a dificuldade que muitas negras enfrentam na academia, além de serem

Realização:



Apoio:



DTP Departamento de Teoria e Prática da Educação



Patrocínio:



PlayBook



suspeitas são tratadas como inferiores e são deslegitimadas pelos próprios colegas, ou seja, além de alcançar o espaço da universidade, ainda necessitam provar que são merecedoras desse lugar, analisando nos dias de hoje, podemos comparar com o fato dos cotistas, além de serem questionados quanto a sua capacidade de cursarem o ensino superior, ainda enfrentam cotidianamente o racismo de colegas e até mesmo professores dentro da Universidade.

As autoras que trazemos para contribuir com a pesquisa em andamento nos apresentam uma questão relevante, a de que o feminismo branco não dava conta de suas demandas porque desconhecia exatamente o viés da raça. A discriminação racial se adiciona, se relaciona, com a opressão de gênero; surgindo assim o termo feminismo interseccional. Termo que explora outras linhas de opressão, como o de classe social, entre outros. O conceito, portanto, foi criado por feministas negras, a quem devemos o legado sobre o tema.

4. O debate sobre cotas, racismo e empoderamento das Mulheres Negras no discurso dos Parâmetros Curriculares Nacionais e da Lei 10.639/03

Os documentos e legislação educacionais vêm aos poucos buscando diminuir o preconceito em relação às diversidades encontradas em nosso território e consequentemente nas salas de aula, os Parâmetros Curriculares Nacionais trazem no trecho sobre Pluralidade Cultural o significado do termo que quer dizer a afirmação da diversidade como traço essencial na constituição de uma identidade nacional que se reorganiza permanentemente (PCN, 2001). Em uma sociedade heterogênea a educação necessita se voltar a atender às diferenças quando elas puderem favorecer determinados setores e grupos na sociedade.

Vivemos em um país onde o preconceito e o racismo são velados e considerados inexistentes, isso muito tem haver com o silêncio que muitos de nós acabamos nos impondo frente aos diversos tipos de violência e preconceitos por nós sofridos. Lorde (2015) nos alerta sobre a necessidade de dizer as coisas,

Realização:



Apoio:



DTP Departamento de Teoria e Prática da Educação



Patrocínio:



PlayBook



especialmente às que nos parecem mais importantes, verbalizá-las, divulgá-las, mesmo correndo o risco de que sejam recusadas ou mal interpretadas. “Mais além do que qualquer outro efeito, o fato de dizê-las faz bem. Eu estou aqui como poeta negra, lésbica e sobre o significado de tudo isso repousa o fato de ainda estar viva, coisa que poderia não ter sido” (LORDE, 2015, p.21). Com essa fala Lorde nos convida a não nos calarmos frente ao que nos incomoda.

Superar preconceitos e transformar atitudes discriminatórias são objetivos que abrangem lidar com valores, conceitos e respeito mútuo. A escola tem uma função decisiva a desenvolver nesse processo e todo educador necessita conhecer e permitir que os estudantes aprendam sobre diferenças e diversidades, que as crianças possam falar de suas culturas e que todas possuam igual respeito. Além de ser o lugar em que ocorre a socialização entre crianças, com culturas diversificadas daquelas em que cada uma conhece, com visões de mundo diferentes das que participa em família, a escola é também o local em que se aprende viver em sociedade. “A criança na escola convive com a diversidade e poderá aprender com ela” (PCN, 2001, p.21).

A Lei 10.639/03 propõe novas diretrizes curriculares para o estudo da história e cultura afro-brasileira e africana. Os professores devem destacar em sala de aula a cultura afro-brasileira como formadora da sociedade brasileira, onde os negros são considerados como sujeitos históricos, destacando, portanto, o pensamento e as ideias dos intelectuais negros brasileiros, a cultura e as religiões de matrizes africanas. Como destaca Lorde (2015) é importante “a transformação do silêncio em linguagem e em ação” (LORDE, 2015 p.22). Conhecer a trajetória das estudantes que entraram na academia para se tornarem professoras e contar suas histórias é um modo de falar e agir quanto à caminhada dessas mulheres frente aos conceitos e preconceitos que rondam nossa sociedade.

5. Algumas Considerações

Realização:



Apoio:



DTP Departamento de Teoria e Prática da Educação



Patrocínio:





Os movimentos sociais buscam a partir de políticas igualitárias conquistarem os espaços destinados a uma minoria da população, o movimento negro reconhece que muito ainda falta para que a sociedade identifique os entraves que o racismo causa na atuação de uma instituição e qual o efeito disso nos serviços que são prestados. A luta contra o racismo e sexíssimo não é atual, mas os avanços alçados hoje se devem em grande parte à ação de muitos outros militantes, movimentos sociais e guerreiras essenciais na luta contra o preconceito.

Algumas dessas conquistas se reverteram em políticas públicas educacionais, tais como a Lei de Cotas 12.711, nas universidades públicas, o tratamento das questões da diversidade cultural e diferenças nos Parâmetros Curriculares Nacionais e a Lei que obriga os estudos da cultura Africana e afro-descente nas escolas públicas Brasileiras, Lei 10.639/03, essas conquistas nos apresentam possibilidades de intervenção nos espaços institucionais que atuamos e podem ser mais bem aproveitadas ao nos sustentarmos nas ideias das autoras negras principiantes na luta contra racismo e sexíssimo.

As contribuições de autoras como Lorde (2015), Walker (2015), Davis (1982) e Hooks (2004), são importantíssimas para pensarmos e revermos as conquistas e desafios que ainda temos pela frente. Seja como modelo de método de pesquisa, seja como referência bibliográfica, as autoras aqui analisadas contribuíram e contribuem para analisarmos que feminismos são vários, quantas são nossas identidades e especificidades, uma análise interseccional é essencial nos estudos feministas para analisarmos o lugar marginal, que olha para aqueles grupos que ninguém quer apreciar, que gera indisposição, que faz sair da zona de conforto, porque nos coloca frente a frente com os privilégios que a sociedade branca sempre teve.

Existem muitas vantagens na adoção da abordagem interseccional durante a construção de indicadores para a elaboração de políticas mais efetivas de enfrentamento da desigualdade. No entanto, a atuação por meio de um princípio de referencias interseccionais estará acoplada ao desempenho de cada pesquisadora

Realização:



Apoio:



DTP Departamento de Teoria e Prática da Educação



Patrocínio:





no desenvolvimento de ações de coleta e sistematização de dados e no trabalho com esses dados a partir da interseccionalidade.

6. Referências

ÁVILA, Rebeca Contrera; PORTES, Écio Antônio. A tríplice jornada de mulheres pobres na universidade pública: trabalho doméstico, trabalho remunerado e estudos. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 20(3): 384, setembro-dezembro/2012.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Pluralidade Cultural e Orientação Sexual**. Brasília: MEC, 2001.

BRASIL. **Lei Nº 12.711**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. 29 de agosto de 2012. Disponível em: http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%2012.711-2012?OpenDocument. Acesso em: Maio de 2014.

DAVIS, Angela. **Mulher, Raça e Classe**. 1ª publicação na Grã Bretanha pela The Women's Press, Ltda. Em 1982. Disponível em: <http://plataformagueto.files.wordpress.com/2013/06/mulheres-rac3a7a-e-classe.pdf>. Acesso em: 03/2015.

FRY, Peter; MAGGIE, Yvonne. “**Cotas raciais: construindo um país dividido?**”. Econômica: Revista da Pós-Graduação em Economia da UFF, Niterói, v. 6, n. 1, p. 153-161, jun. 2004. Dossiê Ação Afirmativa.

GÓIS, João B. Hora. **Quando raça conta: um estudo de diferenças entre mulheres brancas e negras no acesso e permanência no ensino superior**. Estudos Feministas, Florianópolis, 16(3): 743-768, setembro-dezembro/2008.

HOOKS, Bell. Mujeres negras. Dar forma a la teoría feminista. In: **Hooks, Bell; Brah, Avtar; Sandoval, Chela; Anzaldúa, Glória. Otras inapropiables - Feminismos desde las fronteras**. Traficantes de Sueños: Madrid, 2004.

LORDE, Audre. Não há hierarquias de opressão. In: **Textos escolhidos de Audre Lorde**. Edições Lesbofeministas Independentes. Disponível em: <<https://we.riseup.net/assets/99741/AUDRE%20LORDE.pdf>>. Acesso em: março 2015.

Realização:



Apoio:



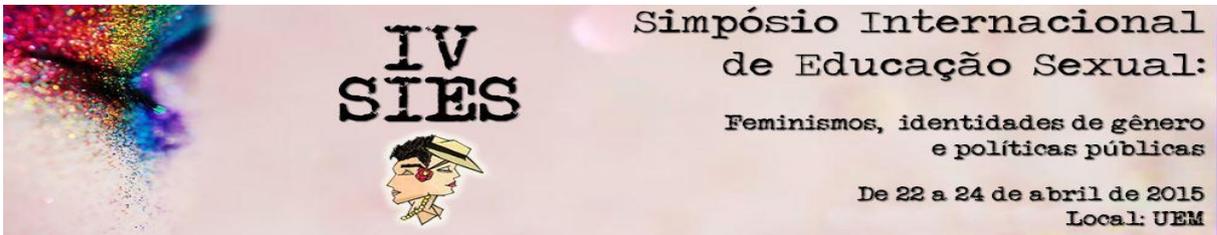
DTP Departamento de Teoria e Prática da Educação



Patrocínio:



PlayBook



OLIVEIRA, Érika. **De mãos dadas com hooks**. *Rev. Estud. Fem.* [online]. 2014, vol.22, n.3, pp. 1001-1003.

ROZAS, Luiza Barros. Cotas para negros nas universidades públicas e a sua inserção na realidade jurídica brasileira – por uma nova compreensão epistemológica do princípio constitucional da igualdade. (Dissertação de Mestrado. Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2009). Disponível em: file:///D:/Temp/Luiza_Barros_Rozas_Dissertacao.pdf. Acesso em: Março de 2014.

SEGATO, Rita L. Cotas: por que reagimos? *REVISTA USP*, São Paulo, n.68, p. 76-87, dezembro/fevereiro 2005/2006.

WALKER, Alice **Alice Walker: assim como o roxo está para o lavanda**. [citado em 02/05/2012]. Disponível em: <http://blogueirasfeministas.com/2012/05/alice-walker-roxo-lavanda/>. Acesso em: março de 2015.

BLACK STUDENTS IN HIGHER EDUCATION AND THE SYSTEM OF QUOTAS: WHAT BLACK FEMINISTS CAN TELL US

ABSTRACT

More than half of the Brazilian population is black, black or brown declared in census developed by IBGE in 2010. But only 26% of the student body of Brazilian universities consists of black and blacks. Of this percentage, how many are women? We have, in our society, markers and producers of inequality relating so intersectional, racism and sexism. Prominent Black feminists and lesbian authors contribute to think like the public policies in education have participated in the emancipation of black women. This work expresses the contribution of authors like Angela Davis (1982), Bell Hooks (1995), Alice Walker (2015) and Audre Lorde (2015) for ongoing research, whose goal is to meet the impact and functioning of the quota system in the Federal universities of the State of Minas Gerais in the Southeast region, especially for the black students. Research invites you to recognize ourselves as black women, schoolgirls shareholders and/or lesbian academic. As postulates Lord, will consider race, sexuality, class and age, in order to contribute to the powerful feminist debate about what is meant as personal and political.

Key Words: Feminisms; Black Women; Higher Education.

Realização:



Apoio:



DTP Departamento de Teoria e Prática da Educação



Patrocínio:



PlayBook